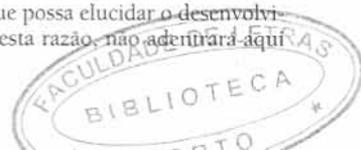


Relação entre manuais de caligrafia e a ornamentação de documentos da Bahia do século XVIII

Antônio Wilson Silva de SOUSA

Desenhar tem sido uma acção constante e pertinente a todas as culturas e em todos os tempos, como provam reconhecidas pesquisas arqueológicas e estudos sobre a história das artes. Uma análise meticolosa das primitivas inscrições rupestres conduz à certeza de que o desenho teve origem como expressão de ideias, sentimentos e até mesmo, como uma actividade ligada à magia. Desde os primórdios até os dias actuais, a manifestação do desenho, no seio das diversas culturas, tem configurado um modo tanto individual, quanto comunitário, de estabelecer o elo entre o real e a imaginação. Por essa razão, o desenho constitui, no conjunto das faculdades humanas, um poderoso e distintivo sinal da capacidade de expressão. Pode ser considerada lapidar a concepção de Gomes (1996, p.13) a respeito do desenho ao afirmá-lo como “*uma das formas de expressão humana que melhor permite a representação das coisas concretas e abstractas que compõem o mundo natural ou artificial em que vivemos*”. Tal conceito decorre de uma veracidade: desenho é fundamentalmente representação. A adesão a essa linha de pensamento e a constatação da constância da manifestação do desenho nas várias culturas e o reconhecimento de sua importância vêm suscitando, há algum tempo, uma particular atenção ao desenho enquanto forma de expressão. Com o trabalho de professor de Desenho e História da Arte, na Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia, desde 1997, pude perceber, com maior nitidez, a lacuna em relação à história do desenho no Brasil. Também o contacto com Maria Helena Occhi Flexor e estudos ofereceram grande estímulo para um trabalho de investigação sobre a história do desenho da Bahia setecentista. Os mais renomados historiadores da arte da Bahia não haviam dedicado atenção especial a essa temática, isto é, ao desenho enquanto ornamentação de documentos. Para estudar exactamente o desenho desta natureza, deu-se início, em 2000, ao projecto intitulado *O desenho na Bahia do século XVIII*, como actividade integrante do mestrado em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Esse projecto contou com a orientação da mencionada docente, exigiu pesquisa, inclusive, em arquivos de Lisboa, foi concluído com defesa e aprovação, em Julho de 2002. A conclusão do mestrado não significou o encerramento das indagações sobre o tema, ao contrário, constituiu um ponto de partida para novas reflexões. A ênfase desta comunicação recai sobre uma dessas reflexões: a relação entre manuais de caligrafia e ornamentação dos documentos da Bahia no século XVIII¹. Aqui, o foco da atenção converge para a relação entre a educação para a escrita e o exercício do desenho, cuja interactividade se faz notar nos manuais de caligrafia da época. A título de

¹ Não só importa neste texto buscar o entendimento desse vínculo, na medida que possa elucidar o desenvolvimento das habilidades para o desenho ou ornamentação de documentos. Por esta razão, não adentrarei aqui em questões relativas à história e aos tipos de letras.



exemplo tomar-se-á como referencial a *Nova escola para aprender a ler, escrever, contar*², da autoria de Manoel de Andrade de Figueiredo³ por ser esta uma obra muito utilizada no início do século em estudo. Pretende-se, outrossim, destacar algumas analogias entre o ornato dos documentos e as estampas contidas nesse manual. Este VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte apresenta-se também como uma oportunidade de comunicação do estágio em que se encontram as reflexões sobre essa temática.

Embora não se pretenda aqui entrar no âmbito da discussão sobre o desenho enquanto escrita, é forçoso considerar que as análises já realizadas por especialistas no assunto podem favorecer o estudo em questão, na medida em que admitem que os glifos rupestres são uma forma primordial de comunicação gráfica que, ao longo dos tempos e consoante as particularidades culturais, atravessou um processo de transformação até alcançar um estágio de sistematização da escrita⁴. Se nos primórdios, e na prática, os limites entre desenho e escrita foram imprecisos, no decorrer da história, as fronteiras entre ambos foram se tornando mais definidas. Se, em alguns períodos da história, desvaneceu-se a nitidez desse elo, em outros, porém, pôde-se reconhecê-lo numa conjugação estética e culturalmente planeada, de sorte que, desenho e escrita nunca foram totalmente dissociados. Seja nas iluminuras dos códices da Antiguidade, seja nos arabescos de escritos medievais e na decoração de documentos provenientes da Idade Moderna, a apresentação conjugada de desenho e escrita faz reconhecer a tônica desse vínculo. Essa estreita relação entre desenho e escrita pôde ser verificada ao analisar os documentos consultados por ocasião da pesquisa de mestrado, anteriormente referida, o que corroborou para uma maior apreciação do assunto. Comprovou-se, destarte, que a Bahia do século XVIII possui uma quantidade bastante expressiva de documentos ornamentados com desenhos que, na sua imensa maioria, apresentam apurada qualidade técnica e configuram requintadas composições. Tal constatação permitiu reconhecer a criatividade e a habilidade manual do homem da época⁵ cujo modo de ilustração sugere indagações em torno da sua formação básica. A maneira típica de expressão gráfica do homem da centúria em estudo faz supor uma educação que permitia desenvolver a capacidade de se expressar também através do desenho, aqui entendido como ornamentação de documentos.

² Essa obra, impressa, constitui material de suma importância no estudo do desenho do século XVIII, tanto no Brasil quanto em Portugal, por ensinar a ornamentar documentos, ao transmitir conhecimentos técnicos para o desenho das letras, mas sobretudo por conter desenhos feitos à mão pelo próprio autor. A cartilha passou pela aprovação de todas as instâncias necessárias, em Portugal, inclusive pelo crivo da Mesa de Consciência e Ordens e pôde, assim, ser publicada em 1722. Esse documento foi fornecido ao autor do presente artigo pela pesquisadora Maria Helena Occhi Flexor, que obteve cópia microfilmada no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. A Nova Escola está composto por quatro tratados, cada um dos quais subdivididos em vários capítulos. O primeiro dá instruções para se ensinar a ler; o segundo oferece instruções para escrever; o terceiro enfoca a ortografia e o quarto ensina a aritmética.

³ Manoel de Andrade de Figueiredo é natural da Capitania do Espírito Santo, filho de Maria Coelho e Antônio Mendes de Figueiredo, governador e capitão general da dita Capitania. Faleceu a 4 de Julho de 1735. Cf. CARVALHO, 1998, p. 29

⁴ In ARAGÃO, Maria José. *História da escrita*. Viseu: Palimage Editores, cop. 2003. Este e outros livros tratam da evolução da escrita. O primeiro capítulo dessas obras refere-se à inscrição rupestre como um exemplo da fase embrionária da escrita.

⁵ O autor do presente texto quer referir-se aqui a todo aquele, seja criança ou adulto, que eram submetidos ao processo de alfabetização, na época. Entende-se que, à época, a destreza manual de cada indivíduo, poderia torná-lo exímio também como alguém que ornamentava magnificamente os documentos, posto que tal habilidade fazia parte de sua formação para a escrita. Uma análise dos manuais deixa entrever uma concepção em que desenho e escrita não se excluem, ao contrário, convergem para um mútuo favorecimento.

A explicação mais plausível para a ornamentação dos documentos pôde ser encontrada nos manuais de caligrafia de uso corrente, na época, e que visavam o ensino dos conteúdos principais da aprendizagem, no Portugal setecentista: ler, escrever e contar, a que se acrescentava o ensino da doutrina cristã⁶ e normas da civilidade⁷. Os manuais do final do século XVII e início do XVIII são exemplos dessa concepção de educação tipicamente influenciada pelo catolicismo e com vista a formar bons cidadãos para o Império português. Assim, eram material fundamental na educação de crianças e adultos, e foram utilizados tanto nas escolas quanto em outras instituições e nas aulas ministradas de forma particular. Analisando esses manuais, verificou-se que o desenho constituía, além de um recurso para se escrever bem, uma forma de ornamentação dos documentos oficiais.

O uso dos manuais era de tal sorte alargado que, no Portugal do Setecentos, era difícil fazer uma separação entre a cartilha e o método de alfabetização. No Brasil acontecia de forma similar: até o século XIX, os livros utilizados nas escolas eram importados de Portugal⁸ e desse facto decorre a influência portuguesa no modo de escrever e ornamentar textos. Escrever, no século XVIII, ainda continuava a ser um bem precioso, porque poucas pessoas dominavam as suas técnicas ou arregimentavam capacidades metodológicas para as ensinar, ou seja, era notória a escassez de mestres de escrever, ler e contar, no Brasil setecentista. No entanto, no contexto da formação básica, houve calígrafos com significativa actuação. Dentre eles, um brasileiro, Manoel de Andrade de Figueiredo, autor da obra intitulada "*A nova escola para aprender a ler, escrever e contar*", publicada em 1722, em Lisboa e recentemente reeditada, em 1973, pela Livraria S. Carlos, também de Lisboa. Muito utilizada, em Portugal, no início do século XVIII, para a formação inicial, a referida obra permite estabelecer um paralelo entre a orientação metodológica do autor e a ornamentação dos documentos da Bahia setecentista, visto que as estampas propostas como exercício apresentam uma estreita similitude com os desenhos que ornaram a maior parte da documentação.

Urge ressaltar que os desenhos do manual foram feitos pelo próprio autor, facto comum aos manuais da época e que assume um grande significado, para o presente estudo, porque exemplifica como, na mentalidade do homem do século XVIII, a educação para a ornamentação de textos e, pode-se dizer, para o desenho, constituía elemento integrante de uma boa formação. Aos mestres era exigido o domínio desta habilidade e que a transmitissem com *industria e arte*⁹ aos seus discípulos¹⁰. Por esta razão, Manoel de Andrade de Figueiredo recomendava aos pais a escolha acertada de um mestre que, além das requeridas qualidades de virtudes, sabedoria e honradez, soubesse ensinar demonstrando aos alunos, com seu exemplo, a habilidade para o desenho das letras. Encontra-se

⁶ Em (FIGUEIREDO, 1722, p. 5) se pode confirmar o que se diz no texto ora apresentado: "*O principal cuidado que devem ter os Mestres, é instruir na doutrina cristã e bons costume aos meninos*".

⁷ Tomando como referência a afirmação de (WEHLING, 1999, 297), pode-se compreender que, também no Brasil, até mesmo antes do século XVIII, "*a educação restringiu-se, para os filhos de colonos e os índios aldeados, às primeiras letras e noções superficiais de religião. Ler, escrever, contar e orar eram os objetivos da educação colonial*".

⁸ Cf. (STAMATTO, 1998, p. 41) que acrescenta: "*Sabe-se que a partir da independência (1822) a importação de livros de outras nações europeias era frequente, mas os manuais para a alfabetização eram portugueses*".

⁹ Essas duas qualidades encontram-se muito bem enfatizadas e recomendadas por Figueiredo, em vários trechos da obra de sua autoria aqui em questão.

¹⁰ No prólogo da obra, Figueiredo explicou que a sua acção iria além de apresentar o abecedário: "*me resolvo a sair a publico com esta Nova Escola, na qual não só mostro as diversas formas de letras, que ao presente se usam, mas também ensino o modo de as talhar*".

na obra (FIGUEIREDO, 1722, p. 13) a recomendação para “que ensinem a cortar as letras dos dois abecedários, talhando-as à vista dos discípulos, e mandando-lhas talhar, e não dando-lhes os traslados para os imitarem, sem lhes ensinarem por onde as letras principiam, e acabam.” Daí se depreende que a destreza manual na prática do desenho dos caracteres constituía factor preponderante na escolha de um mestre. Vários são os trechos do manual em que Figueiredo exalta a habilidade para desenhar caracteres, sobretudo no que concerne ao traçado das capitulares, pois, estas eram minuciosamente elaboradas e exigentes de um traço bem mais requintado, e requeriam uma capacidade especial e um treino direccionado para a sua boa execução, que bem seria impossível a alguns dos discípulos, (IDEM, p.49) “sem serem ajudados da inteligência e explicação de um Mestre”, que fosse exímio na arte de desenhar caracteres. Uma das suas advertências no ensino da escrita é “que as letras sejam feitas de uma só vez, e não de pedaços, nem pintando-as, porque assim ficam os meninos com disposição para a escreverem liberal” (IDEM, p. 13). E continua: “que os admittam a rasgos, cortando de um golpe as letras grandes, e fazendo penadas, porque estas nem só fazem gala na letra, mas o seu uso destreza na pena”. (IDEM, p. 14).

O próprio Figueiredo fora considerado como um mestre dotado de grande habilidade para o traçado das letras e dos ornatos dos textos. O dominicano, Frei Lucas de Santa Catarina, no seu parecer a favor da licença do Santo Ofício para a impressão da *Nova Escola*, afirma a qualidade técnica dos traslados¹¹ e refere-se à prática do traço de Figueiredo, com grande admiração pelo modo como ele talhou os caracteres e, de acréscimo, enriqueceu com as “sutilezas da pena as mais delicadas expressões da estampa”. Para reiterar o que se disse, Inocêncio da Silva, mais recentemente, no seu *Dicionário Bibliográfico Português*, fez alusão a Figueiredo como a um compositor de “*formosissimo carácter de letra*” e autor de elegantes abecedários, “*ornados de engraçadas laçarias*”.

Verdade é que o autor considera como a alma da escrita a ortografia, sem a qual só “se sabe formar bons caracteres” (IDEM, p.5) e não propriamente escrever bem. Porém, reconhece na caligrafia um meio através do qual os conteúdos do intelecto, do sentimento, da alma, da fé, se tornam visíveis, ou melhor, legíveis. E, por isso, destaca sobremaneira a qualidade do *talhado* das letras, definindo aquelas que são esmeradamente desenhadas como um “*corpo bem proporcionado*” (IDEM, p. 57) como que a referir-se à necessidade de uma habilidosa prática de percepção visual na composição das letras.

No destaque conferido por Figueiredo ao ornato dos textos encontra-se a razão do seu interesse por tudo que pudesse contribuir de forma eficaz para o bom traçado dos caracteres. Entende-se, assim, o porquê de ter deitado acurada atenção aos instrumentos da escrita, explicando que (IDEM, p. 27) “*Não pode o Artifice exercitar com primor as manufacturas da sua arte sem bons instrumentos...*”. Era comum aos calígrafos da época a preocupação com os instrumentos e materiais para a boa execução da escrita. “*A aprendizagem da escrita iniciava-se pelas técnicas da posição da mão e dos dedos, pela postura correcta do corpo e pelo talhe da pena, aspectos estes que ocupavam inúmeras páginas dos compêndios*” (ADÃO, 1998, p. 19). Sintomáticas, portanto, são as recomendações de Figueiredo sobre o modo de ensino da escrita e da ornamentação dos documentos: a habilidade do mestre e engenho na aplicação do discípulo, a observação e acompanhamento dos alunos durante os exercícios, a verificação da postura física para realizá-los com maior precisão, bem

¹¹A cartilha de Figueiredo, como as demais da época, fora direccionada, aos mestres, alunos e aos pais destes, e incluía uma série páginas apresentando estampas com a finalidade de servir de modelo a alunos e mestres.

como a escolha de bons instrumentos e ainda a preocupação com o modo de preparar a tinta e a escolha de outros materiais de base.

A obra de Figueiredo, além de um demonstrativo do bom traçado das letras, contribui também para que se possa verificar a concepção de desenho vigente no mundo luso-brasileiro, ao referir-se às formas dos caracteres, utilizando um vocabulário específico como: *rasgos, talho, traço e risco*. Apesar do autor preceituar e exaltar a perfeição dos traços, o emprego de algumas dessas terminologias, como “talho” e “rasgos”, resulta em apresentar o desenho como forma secundária de expressão, estreitamente vinculada à escrita e realizada em função da caligrafia que efectivamente extrapolava o domínio das regras gramaticais e da formação dos caracteres e estendia-se à execução de ornatos nos manuscritos.

Estabelecendo o confronto entre os desenhos propostos por Figueiredo na Nova Escola e os ornatos da maioria dos documentos da Bahia setecentista, constatou-se a execução com mesma técnica, bico de pena, e a apresentação de destacada semelhança em nível formal, posto que evidenciam um padrão constantemente repetido, de maneira que se criou uma unidade visual no conjunto de variados documentos do período em questão. Tal constatação leva a acreditar em uma demasiada influência dos manuais de caligrafia no modo de ornamentar documentos, sobretudo porque essa actividade constituía uma decorrência da escrita. Esta, recorrendo à exuberância nas composições, ao emaranhado de linhas curvas e ao rebuscado dos traços entrecruzados, revelava, por seu turno, um modo de expressão genuíno de uma preponderante mentalidade barroca.

Pela simples inspecção convence-se de que os desenhos da figura 1, uma página da Nova Escola, e da figura 2, extraída de um Compromisso de Irmandade, foram bem elaborados do ponto de vista técnico. A efusão do cruzamento de traços representando motivos zoo e fitomorfos compõe alguns signos culturais do mundo lusitano, comuns a grande maioria dos ornatos dos documentos, inclusive referentes ao Brasil. A recorrência desses signos, bem como a técnica com que foram executados, dá a perceber uma harmonização nada ocasional entre manuais de caligrafia e ornamentação de manuscritos, alguns dos quais indicativos da influência da religião cristã no processo de formação cultural da Península Ibérica.

Os desenhos apresentados na figura 3, pela leveza e segurança do traço e pelo apurado rigor da técnica, indicam uma mão destra, com grande domínio da escrita, o que se deve em parte aos ensinamentos contidos nos manuais de caligrafia. Estes e os ornatos dos documentos apresentam analogias que não poderiam ser consideradas furtivas, sobretudo quando se percebe que na base das composições ornamentativas dos manuscritos se encontra a maneira própria de expressão dos calígrafos.

A vernacularidade da forma de expressão portuguesa é perceptível com particular acuidade no discurso ornamental dos manuscritos, e a sua introdução na mentalidade brasileira é de fácil atestação nos documentos pesquisados. Pautadas por um esfusiante teor decorativo, as estampas dos manuais de caligrafia reflectem-se nos ornatos dos manuscritos setecentistas com padrões claramente visíveis, cujos exemplares se encontram melhor representados nas páginas dos Compromissos de Irmandades religiosas e nos Mapas de exportação e importação de mercadorias. Embora sejam diversificados os documentos ornamentados, as clivagens com os manuais de caligrafia se fazem mais nítidas nesses dois tipos de documentação.

Os desenhos dos manuscritos da Bahia do século XVIII evidenciam bastante um modo de expressão acolhedora da pluralidade dos estilos.

No contexto da época ter-se tornado subjuntivo de expressões outras da arte, não desqualificou o desenho como forma de expressão que permitisse a transmissão de ideias e, conseqüentemente, a materialização da mentalidade corrente. Além do que, a constante incursão dessa forma de expressão de largo uso na ornamentação de documentos demonstrava a tonalidade expressiva que o desenho possibilitou à sociedade.

Considerando a reflexão baseada na obra de Figueiredo e na ornamentação de documentos, não estaria longe da verdade afirmar que o primeiro estágio da orientação para o desenho tenha sido desenvolvido desde a educação inicial, quando, utilizando os manuais como parâmetro de formação, indicava-se também um caminho para o exercício do desenho, posto que terminava por ensinar, e com esmero, a decorar textos.

A actuação dos calígrafos, ao que parece, não explicaria de todo a formação daqueles que, à época, ornamentavam os documentos, contudo, contribui efectivamente para uma maior compreensão do desenho, ornato de documentos, como uma extensão da actividade de escrever, o que explicaria, em parte, o anonimato.

Um olhar investigador sobre a obra de Manoel de Andrade de Figueiredo, seu método de ensino da escrita, possibilitou o reconhecimento de sua obra enquanto substrato relevante para todo estudo que objective um entendimento abrangente dos desenhos da Bahia do século XVIII.

A escrita, na cartilha de Figueiredo, não foi somente o factor de aglutinação dos outros saberes – ler e contar – mas também, elemento corroborativo da arte do desenho.

A atenção atribuída, no manual analisado, à formação das letras não significou unicamente uma merecida exaltação da arte da escrita, e de tudo o que contribuía para o seu perfeito domínio, mas também uma orientação eficaz para o desenvolvimento da destreza manual na prática dos ornatos e habilidades para a composição artística. A parte o endereçamento ao domínio da escrita, os ensinamentos de Figueiredo contidos na *Nova Escola*, enquadram-se seguramente como orientações importantes para a aplicação ao desenho no Setecentos.

É mister reconhecer que a documentação oficial da Bahia setecentista pode ser considerada como um suporte muito utilizado, no qual as habilidades para o desenho encontraram espaço para desenvolvimento.

As dificuldades na busca da autoria da ornamentação dos documentos encontram explicação, em grande parte, no facto do desenho não ter, à época, alcançado o patamar de expressão autónoma em relação às outras manifestações da arte.

Na perspectiva dos manuais de caligrafia do século XVIII, consoante análise da obra de Figueiredo, escrever significava não somente aprender regras gramaticais, mas também traçar letras e ornamentar manuscritos, enquanto desenhar constituía um processo para apreensão da escrita e que possibilitava o desenvolvimento de habilidades manuais e artísticas. Sob essa óptica, o desenho enquadrou-se nos moldes de expressão da mentalidade da época, revestindo-se da tipologia específica do período e assumindo os elementos compositivos próprios dos estilos artísticos vigentes. Por esses motivos, o calígrafo em questão exerceu particular influência na decoração de manuscritos e os ornatos dos documentos da Bahia setecentista, pela elevada qualidade técnica e estética, podem ser considerados como integrantes do conjunto de manifestações artísticas do universo cultural luso-brasileiro.

Referências bibliográficas

- A ciência do desenho: a ilustração na selecção de códices da biblioteca nacional / aut. dos estudos Joaquim Oliveira Caetano, Miguel Conceição Soromenho; textos Teresa A. S. Duarte Ferreira, Ana Cristina de Santana Silva, Lígia de Azevedo Martins. – 1ª ed. – Lisboa: BN, 2000. 168 p.
- ADÃO, Áurea. Aprender a ler e escrever no Portugal de setecentos. In *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*. 23-26 de Janeiro de 1996. Fundação Calouste Gulbenkian. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. p. 13-24.
- ARAGÃO, Maria José. *História da escrita*. Viseu: Palimage Editores, cop. 2003.
- CARVALHO, António Eduardo Oliveira. A nova escola para aprender a ler, escrever, e contar de Manoel de Andrade de Figueiredo: um modelo de primeiras aprendizagens nos primórdios do século XVIII, em Portugal. In *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*. 23-26 de Janeiro de 1996. Fundação Calouste Gulbenkian. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. p. 25-32.
- CARVALHO, Rómulo de. História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1959. In *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*. 23-26 de Janeiro de 1996. Fundação Calouste Gulbenkian. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. p. 33-39.
- FERREIRA, António Gomes. Idade de aprender e desencontros sobre o início da instrução das crianças do século XVIII. In *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*. 23-26 de Janeiro de 1996. Fundação Calouste Gulbenkian. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. p.33-39.
- FIGUEIREDO, Manoel Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa: Occidental, 1722.
- GOMES, Luis Vidal Negreiros. *Desenhismo*. 2 ed. Santa Maria: UFSM, 1996.
- . *Desenhando: uma panorama dos sistemas gráficos*. Santa Maria: UFSM, 1998.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Os manuais escolares, o método de alfabetização e de ensino no Brasil (1822-1889). In *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*. 23-26 de Janeiro de 1996. Fundação Calouste Gulbenkian. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. p.41-47.
- WEHLING, Arno et WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



Figura 1
FIGUEIREDO, Manoel Andrade de.
Nova escola para aprender a ler, escrever e contar.
Lisboa: Occidental, 1722. Página 14.

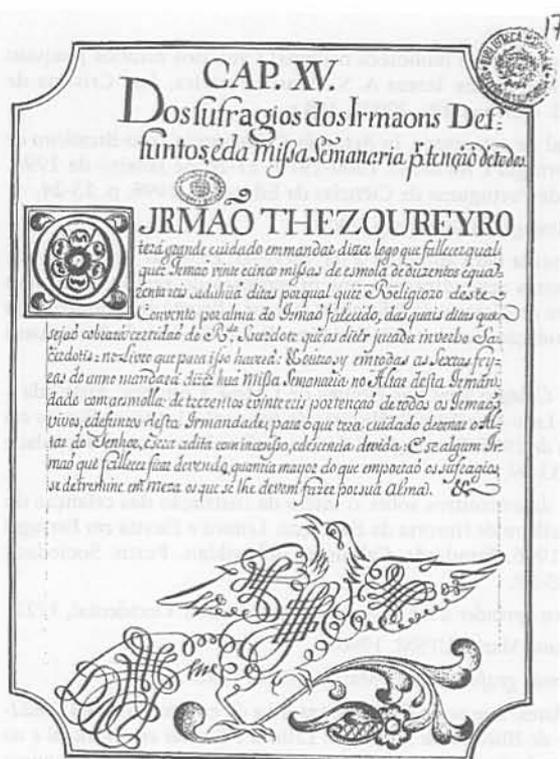


Figura 2

Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus com o soberano titulo de Senhor dos Martirios erecta pelos homens pretos de nação gege, neste convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da vila de Nossa Senhora de Cachoeira, no ano de 1765. P 17.



Figura 3

Capa do Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus com o soberano titulo de Senhor dos Martirios erecta pelos homens pretos de nação gege, neste convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da vila de Nossa Senhora de Cachoeira, no ano de 1765.